



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 24/2013, DE 23 DE ABRIL DE 2013.

"Cria Cargos de Provimento Efetivo de Procurador Municipal e Procurador da Fazenda Pública Municipal e Altera a Lei n.º 2.249/2007, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os cargos de provimento efetivo mediante concurso público de provas ou de provas e títulos de Procurador Municipal e Procurador da Fazenda Pública Municipal.

Art. 2º - O anexo I da Lei n.º 2.249/2007 passa a vigorar acrescido do anexo I desta Lei.

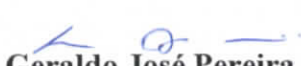
Art. 3º - O anexo II da Lei n.º 2.249/2007 passa a vigorar acrescido do anexo II desta Lei.

Art. 4º - O anexo III da Lei n.º 2.249/2007 passa a vigorar acrescido do anexo III desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guanhanes-MG, 23 de abril de 2013.


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

CARGOS DA CARREIRA

CARGOS EFETIVOS NÍVEL SUPERIOR – QUADRO GERAL					
CARGO	CÓDIGO CARGO	QUANTIDADE	NÍVEL VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
PROCURADOR MUNICIPAL	SAG-12	01	XXVI	20 Horas Semanais	Curso Superior de Graduação em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil
PROCURADOR DA FAZENDA MUNICIPAL	SAG-13	01	XXVI	20 Horas Semanais	Curso Superior de Graduação em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil

1

ANEXO II

XXVI	5.500,00	5.830,00	6.179,80	6.550,59	6.943,62	7.350,70	7.791,74	8.259,24	8.754,79	9.280,07	9.836,87	10.427,08	11.052,70	11.715,86	12.418,81	13.163,94
------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------



Prefeitura Municipal de Guanahães

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

PROVIMENTO VIA CONCURSO PÚBLICO

ÁREA DE NÍVEL SUPERIOR

PROCURADOR MUNICIPAL:

- I – representar o Município em juízo ou fora dele;
- II – atuar extrajudicialmente para a solução de conflitos de interesse do Município;
- III – atuar perante órgãos e instituições no interesse do Município;
- IV – assistir no controle da legalidade dos atos do Poder Executivo;
- V – representar o Município perante os Tribunais de Contas;
- VI – adotar as providências de ordem jurídica, sempre que o interesse público exigir;
- VII – efetuar a cobrança judicial da dívida ativa do Município;
- VIII – examinar, registrar, elaborar, lavrar e fazer publicar os instrumentos jurídicos de contratos, acordos e outros ajustes em que for parte ou interessada a Administração Direta;
- IX – examinar previamente editais de licitações de interesse do Município
- X – analisar os projetos de lei do Poder Legislativo, com vista à sanção ou ao veto do Prefeito;
- XI – uniformizar as orientações jurídicas no âmbito do Município;
das leis e dos atos normativos aplicáveis à Administração Direta e Autárquica;
- XII – prestar orientação jurídico-normativa para a Administração Pública Municipal;
- XIII – elaborar as informações que devam ser prestadas em mandados de segurança impetrados contra atos do Prefeito, dos Secretários Municipais e de outros agentes da Administração Pública Municipal;
- XIV – orientar sobre a forma do cumprimento das decisões judiciais e dos pedidos de extensão de julgados;
- XV – propor às autoridades competentes a declaração de nulidade de seus atos administrativos;
- XVI – ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares;
- XVII – exercer outras atribuições necessárias ao desempenho do cargo.
- XVIII- Substituir o Procurador da Fazenda Municipal e o Procurador Geral do Município, em suas faltas, impedimentos, vacância e Férias;
- XIX- Receber delegações do Procurador Geral do Município.



Prefeitura Municipal de Guanahães

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADOR DA FAZENDA MUNICIPAL:

- I - promover a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa;
- II - emitir pareceres sobre cancelamento da Dívida Ativa;
- III - praticar todos os atos de natureza judicial e extra-judicial de sua alçada, inclusive selecionar e ordenar toda a legislação, atos oficiais, decisões, pareceres e outros informes que possam apresentar interesses aos trabalhos da Procuradoria;
- IV - promover o acompanhamento dos processos ajuizados junto ao Fórum;
- V - fazer contatos, antes do ajuizamento, com os maiores devedores;
- VI - levantar os valores depositados pelos devedores em cartório, e fazer o devido repasse;
- VII - manter contatos permanentes com os fiscais de justiça;
- VIII - acompanhar a relação dos devedores inscritos e dívida ativa para cobrança judicial, junto à empresa de processamento de dados;
- XI - coletar informações junto ao Cartório de Registro Geral de imóveis para requerer o arresto;
- X - Substituir o Procurador Municipal e o Procurador Geral do Município, em suas faltas, impedimentos, vacância e Férias;
- XI - Receber delegações do Procurador Geral do Município.
- XII - informar, sempre que solicitado, para fins de certidão negativa de débito, os processos ajuizados;
- XIII - defender o Município nos embargos à execução fiscal;
- XIV - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo procurador municipal;



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

= J U S T I F I C A T I V A =

Ilmo. Sr
Demerval de Pinho Tavares Neto
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Guanhanes - MG

Ref. Projeto de lei que Cria Cargos de Provimento Efetivo de Procurador Municipal e Procurador da Fazenda Pública Municipal e Altera a Lei n.º 2.249/2007, e dá outras providências.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,

Sirvo do presente para enviar-lhe em anexo o projeto de lei datado de 23 de abril do corrente ano, que versa sobre a criação dos Cargos de Procurador Municipal e de Procurador da Fazenda Municipal.

Tendo em vista a recomendação que segue anexa, emanada da Procuradoria do Ministério Público desta Comarca e, principalmente, considerando os princípios que devem nortear as ações da administração Pública tais como o da impessoalidade e da legalidade, bem como a necessidade de se adequar o funcionamento da máquina pública aos ditames legais vigentes é que encaminha a presente proposição.

Ocorre que os Tribunais Superiores pacificaram entendimento de que os serviços jurídicos, incluindo a defesa judicial e extrajudicial dos interesses do município, têm natureza de atividade administrativa permanente, efetiva e contínua, sendo de todo conveniente que haja o correspondente cargo efetivo no quadro de serviços da prefeitura.




Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesta linha de entendimento, vislumbrando ser a que mais se adéqua à realidade deste município e visando, desta maneira, assegurar a independência funcional necessária para o exercício do cargo e evitar que o exercício da advocacia pública atenda mais aos interesses do prefeito do que do município, pugnamos pela aprovação do presente após a alta deliberação dos nobres Edis que compõem esta Casa Legislativa.

Julgando desnecessário enfatizar a necessidade de aprovação do presente projeto, vez que reconheço em cada representante do povo, nessa Casa, a percepção de que é dever da Administração Pública, dentro de suas possibilidades, oferecer aos seus munícipes condições de melhoria de vida e desenvolvimento econômico-social, solicito-lhe seja repassado aos ilustres Vereadores o projeto em pauta, para que procedam a devida apreciação e se entenderem justo, a aprovação da matéria ora apresentada.

Atenciosamente;


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal